

APRESENTAÇÃO

ISABELA PADILHA PAPKE¹
JONAS MIGOTTO FILHO²
RAFAEL CAL³

No começo de março de 2024, alguns de nós brasileiros fomos surpreendidos por uma notícia: haveria orientação do governo federal para um silêncio a respeito dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964. O que se falava, então, é que não aconteceriam manifestações oficiais dos órgãos ligados ao governo federal e de setores militares – em contraponto a anos anteriores – como parte de um movimento de conciliação diante do cenário de tensões políticas elevadas que vem se arrastando há alguns anos⁴.

Tal postura, no entanto, não amenizou tais tensões. Tampouco evitou que a evocação do passado ditatorial como um tempo idílico continuasse existindo em parte da população e que seus defensores seguissem buscando ocupar espaços. Por outro lado, também não abafou as manifestações pessoais e coletivas, de movimentos sociais e instituições contra essa perspectiva. No ambiente acadêmico, não foram poucos os eventos a tratar do assunto e marcar a efeméride, relacionando-o a questões políticas, econômicas, sociais e culturais do passado e, aproveitando a própria discussão suscitada pela notícia, do presente.

É nesse contexto que idealizamos este dossiê. Não nos interessa aqui entrar nos meandros relacionados à origem dessas notícias sobre manifestações, ou ainda tratar

¹ É Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestra em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá e licenciada em Letras pela mesma Universidade. É membro do Grupo de Estudos em História e Literatura da PUC Minas (GEHISLIT), membro do Grupo de Estudos Literaturas e Ditaduras da PUC- SP (GELD) e membro do Grupo de Pesquisa "Saramago, Leitor de Karl Marx" da PUC MINAS. E-mail: isabelappapke@gmail.com

² Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Franciscana. Mestre em História pela UFSM e doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. E-mail: migottojonas@gmail.com

³ Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Bolsista do CNPq. E-mail: rafaelcal1985@gmail.com

⁴ A notícia foi dada em reportagens, blogs de jornalistas, repercutida em programas de televisão e disseminada nas redes sociais. Para exemplificar a circulação do assunto, indicamos duas referências: (1) FEITOZA, C; SEABRA, C. Ministério cancela ato sobre 60 anos do golpe militar após decisão de Lula. Folha de S. Paulo, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/ministerio-cancela-ato-sobre-60-anos-do-golpe-militar-apos-decisao-de-lula.shtml>. Acesso: 16 dez. 2024; (2) BERGAMASCO, D. Governo quer que aniversário de 60 anos do golpe militar passe em branco. CNN Brasil. 07 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/debora-bergamasco/politica/governo-quer-que-aniversario-de-60-anos-do-golpe-militar-passe-em-branco/>. Acesso: 16 dez. 2024.

especificamente sobre a realização de eventos ou não. Mas, sim, aproveitar o marco dos sessenta anos do golpe civil-militar no Brasil para poder pensar as experiências ditatoriais na história recente do país, da América Latina e da Península Ibérica. Sobretudo porque acreditamos que a própria discussão a respeito do que fazer – o que deveria ser feito ou do que poderia ser feito – em um momento como o atual indica algo sobre o que nós – historiadores – temos escrito com frequência cada vez maior: as disputas sobre o passado e o presente.

Nesse sentido, os trabalhos de pensadores como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Jeanne Marie Gagnébin, Michael Pollak e Marianne Hirsch têm auxiliado pesquisadores a construir perspectivas que ofereçam possibilidades mais plurais para pensar o passado, incorporando diferentes fontes e formas de tratá-las, buscando uma aproximação com outras disciplinas e problematizando o próprio fazer histórico. Não nos parece possível escapar, nesse cenário, aos estudos de memória desenvolvidos a partir de meados do século XX e seus impactos no continente americano. Mas nos parece igualmente necessário entender as particularidades da América Latina e da Península Ibérica.

No Brasil, há uma gama de historiadores atentos à questão e oferecendo caminhos para pensar as ditaduras vividas no Brasil do século XX, bem como se fazendo presentes no debate público sobre os usos do passado. São exemplos disso, os historiadores Daniel Arão Reis (UFF), Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ), Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG), Maria Paula Nascimento Araújo (UFRJ), Caroline Silveira Bauer (UFRGS), Janaína Cordeiro Martins (UFF), entre outros.

Ainda na América Latina, os trabalhos das argentinas Elizabeth Jelin e Beatriz Sarlo têm fornecido chaves de leitura importantes para analisar não apenas o caso específico argentino, mas outras ditaduras da região. Essas pesquisadoras se apropriaram de conceitos europeus sobre experiências europeias para construir e utilizar ferramentas analíticas capazes de oferecer uma leitura sobre a experiência argentina. E, a partir disso, tais leituras têm servido de base para a produção de interpretações sobre as ditaduras de outros países da região.

Em *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), Beatriz Sarlo indica que “lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência do Estado” (p. 45) após o fim das ditaduras

na América Latina. Em tal contexto, os vitimados e seus representantes buscaram assumir o controle sobre o que se contava do passado, questionando as versões oficiais e os documentos produzidos pelos Estados, colocando o testemunho no centro dos debates E, por conseguinte, dos estudos sobre o período.

Contudo, tal movimento trouxe consigo uma armadilha. A tendência a prevalência de certo tipo de hegemonia moral nessas narrativas. Para Sarlo (2007), apesar da gravidade e da sensibilidade do tema, o historiador deve ter em mente que, ao interrogar a memória, é seu papel problematizar a extensão de tal hegemonia moral. Isto é, enfrentá-la, levantando os questionamentos e tensionamentos necessários ao processo de produção do conhecimento.

Mas, além dos testemunhos, esforços que envolveram a organização e atuação de comissões de investigação relacionados aos períodos ditatórias, a realização de pesquisas historiográficas e o desenrolar de processos judiciais trouxeram à tona documentos – novos e velhos – ao escrutínio de investigadores de diferentes campos. E aí nos parece residir a força do que podemos produzir neste momento histórico: a conjugação de textos, verbais e não-verbais; escritos, imagéticos, sonoros. Nesse sentido, este dossiê reúne uma variedade de documentos e abordagens e oferece também essa preocupação em “fundamentar uma legitimidade intelectual” que acompanhe a “legitimidade moral e psicológica” (SARLO, 2007).

Nos estudos sobre ditaduras na Península Ibérica, há um conjunto de autores que tem papel significativo nas últimas décadas. Estudos como os de Fernando Rosas, Moisés Lemos Martins e Eduardo Lourenço exploraram questões relacionadas ao Salazarismo em Portugal e seus desdobramentos. Em *Salazar e os fascismo* (2023), Rosas sinaliza uma comparação entre a experiência portuguesa e os fascismos europeus, mas vai além disso: oferece uma revisão bibliográfica sobre o tema, analisa as condições em que os fascismos se constituíram como movimento e chegaram ao poder e incorpora ainda a discussão sobre história e memória.

A discussão feita por Rosas também avança em outra direção. O historiador trata do tempo presente, em um movimento para pensar as possibilidades do uso público da história. Considerando que a Europa também tem convivido com a ascensão de discursos que recuperam o passado ditatorial e tem sido palco de disputas em torno das memórias

de suas ditaduras, essa questão é relevante para o debate historiográfico e, além disso, para as reflexões sobre o ensino de história.

Portanto, mais que marcar a lembrança desses eventos ou períodos de governos autoritários, tais debates feitos hoje apontam para questões do presente. Isto posto, podemos perceber que um conjunto de trabalhos de investigação nas últimas décadas têm promovido a incorporação de novas formas e tipos de documentos e de tratamento do passado. Dessa maneira, permitem refletir sobre uma questão levantada por Le Goff em seu *História e memória* (1990).

Ao analisar a construção da memória e da história, Le Goff faz um conjunto de considerações a respeito do trabalho dos historiadores e seus métodos. Para o historiador francês, o século XX é um momento de novas perspectivas em relação ao tratamento dos documentos. Se o século XIX representaria o triunfo do documento, o XX seria uma abertura para a crítica a esses materiais. Afinal, “o documento não é inócuo” (LE GOFF, 1990, p. 547).

Crítica, é importante salientar, não quer dizer negação ou desqualificação. Mas, em outra medida, compreender que, mais que representar uma verdade objetiva, serviriam como um elemento a ser interrogado ao longo da investigação histórica. Dessa forma, observamos o documento como um registro do passado e, ao mesmo tempo, uma imagem produzida por aquela sociedade sobre ela mesma; um vestígio que deve ser analisado considerando as condições em que foi produzido, mas também aquelas que permitiram a sua sobrevivência até o momento em questão.

Além disso, as diferentes perspectivas em relação ao tratamento dos documentos também permitem considerar uma expansão do que utilizamos como documento, levando a mobilização da noção de documento em um sentido ampliado, com a incorporação aos escritos outros tipos de materiais, como os sonoros e as imagens⁵. Assim, abre-se caminho para a expansão de técnicas e métodos de trabalho com esses documentos, buscando ampliar o olhar sobre o passado.

Assim, reunimos neste dossiê contribuições de estudiosos de distintos campos do conhecimento que se propuseram a investigar as disputas na atualidade sobre as narrativas

⁵ Fazendo uso das palavras do historiador francês Charles Samaran, Le Goff aponta que: “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou de qualquer outra maneira” (SAMARAN, 1962 apud LE GOFF, 1996).

a respeito do passado; os impactos dos estudos de memória no olhar sobre os períodos ditatoriais; as diferentes abordagens aos documentos, seus formatos e usos; as formas de representação e as aproximações e tensões entre história e literatura no olhar sobre as ditaduras que existiram na América Latina e na Península Ibérica no século XX. Sobre tais contribuições, oferecemos alguns comentários a seguir.

O artigo “*Hoje sou o resultado de duas vivências, a europeia e a brasileira*”: *A passagem de Conrad Detrez pelas ditaduras do Brasil (1962-1967) e de Portugal (1974-1976)*, de Lucas Barroso (UFRJ), abre o Dossiê interligando as temáticas propostas ao discutir tanto a Ditadura Civil-Militar no Brasil quanto a derrocada do Estado Novo em Portugal, a partir da trajetória do escritor belga Conrad Detrez. O autor faz uma comparação entre a passagem de Detrez como figura de resistência após o Golpe de 64 em solo brasileiro e a sua percepção sobre a Revolução dos Cravos, quando acompanhou o processo revolucionário em Portugal. O artigo discute a trajetória de um escritor complexo e multifacetado e como ele foi influenciado diretamente pelos contextos sociais e políticos nos quais viveu durante o século XX.

No mesmo sentido, Mathews Nunes Mathias (UFF) estabelece um diálogo entre as ditaduras na América Latina e na Península Ibérica no artigo *Nossa Senhora, rogai por nossas ditaduras: Os jubileus de Fátima e de Aparecida sob o Estado Novo salazarista e sob a ditadura civil-militar brasileira (1967)*. O autor discute as conotações políticas das festas religiosas no Brasil e em Portugal, o envolvimento do Vaticano com os regimes autoritários nos dois países e as ambivalências que a Igreja Católica manteve com a Ditadura Civil-Militar brasileira e com o salazarismo em Portugal. Além disso, o texto aborda a figura de Nossa Senhora no imaginário político desses países.

Na sequência, Ana Luiza Alves de Oliveira da Silva (UFU), Maria Antonia Soares Roberto (UFU) e Gabrielle Alves Pereira (UFU) abordam os desafios da Comissão da Verdade no artigo *Trajatória de pesquisa do Relatório I da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ‘Ismene Mendes’: Dificuldades no âmbito da pesquisa em História*. Para isso, foram realizadas duas entrevistas de História Oral: com a docente do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Neiva Flávia de Oliveira e com o professor de História Luiz Fellippe de Assunção Fagaraz, que era estudante de graduação quando atuou na construção do relatório. O texto não só explora

o relatório do caso Ismene Mendes, como também os diferentes obstáculos na construção de pesquisa histórica acerca da Ditadura Civil-Militar.

Utilizando os princípios da Logoterapia de Viktor Frankl a fim de compreender como as vítimas de tortura e repressão na Ditadura Civil-Militar brasileira encontraram sentido e resistiram aos traumas, Dayseanne Nayara da Silva Teixeira (FACHO) e Zirlana Menezes Teixeira (FACHO) escrevem o artigo *Marcas Invisíveis: Um Olhar da Logoterapia sobre os Efeitos Psicológicos da Tortura no Período da Ditadura Militar Brasileira*. Para a compreensão dos impactos duradouros da violência da ditadura, a pesquisa apresenta uma revisão bibliográfica e também uma análise dos relatos de três sobreviventes.

O quinto trabalho do Dossiê, escrito por Matheus De Oliveira Gonçalves (UFRRJ), traça um histórico sobre a fundação do Partido Democrático Trabalhista, trazendo uma revisão de literatura com diferentes debates acerca da construção do projeto do PDT. Em *O Partido Democrático Trabalhista (PDT): sua fundação e projeto político (1977-1980)*, o autor aborda as articulações realizadas no Brasil e no exterior, sob a liderança de Leonel Brizola, com o objetivo de fundar o partido; faz uma análise dos documentos fundadores do PDT e aborda o simbolismo do retorno de Brizola ao Brasil pós-anistia. A pesquisa ainda apresenta a disputa pela sigla PTB, vencida por Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, que levou os brizolistas a criarem a nova sigla: PDT.

Sobre a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, o dossiê conta com o artigo *Elas bonitas? Só se fossem como as moças de Hollywood: a representação da mulher norte-americana nas páginas da revista “Fon-Fon” e a influência da política da boa vizinhança no Brasil durante o Estado Novo*. Diego Batista Araújo (UEPB) e Thayse Evelem Alves Delfino (UEPB) estudam as relações entre mídia, política e gênero durante o Estado Novo varguista. A pesquisa também aborda o contexto da implementação da política da boa vizinhança estadunidense no Brasil e analisa as fotografias de atrizes dos Estados Unidos nas páginas da revista brasileira Fon-Fon. De acordo com os autores, “o ideal da mulher norte-americana - em particular as atrizes e modelos hollywoodianas - eram apresentadas como o padrão a ser seguido pelas mulheres brasileiras, cabendo a elas seguirem a rotina, moda e beleza típicas das mulheres norte-americanas, adequando seus corpos a tais regulamentações estéticas”.

Já no artigo *De Santiago a Brasília: As relações repressivas entre a ditadura brasileira e a chilena na Operação Condor*, Raphael Silva Bernardes (PUC Minas) e Beathryz Galdino Andriani (PUC Minas) discutem as relações políticas e diplomáticas entre a Ditadura Civil-Militar no Brasil e a ditadura de Augusto Pinochet, no Chile, durante a década de 70, e a atuação dos dois países na Operação Condor. A pesquisa, por meio de revisão bibliográfica e análise de documentos primários, busca identificar as formas de colaboração existentes entre as ditaduras brasileira e chilena.

No campo do Ensino de História, Janaina Cardoso Mello (UFRJ/ UFS) e Rafael Cerqueira (UFS) escrevem o artigo *A IA como agente interativo no Ensino de História da Ditadura Militar no Brasil: Técnicas e Possibilidades*. Partindo de uma simulação de entrevista gerada por Inteligência Artificial em que um ex-guerrilheiro que atuou contra a Ditadura Civil-Militar dá o seu depoimento a um historiador, os autores problematizam o uso de recursos como o ChatGPT em sala de aula, abordando suas potencialidades e os cuidados necessários, enfocando também a importância dos princípios decisórios humanos na utilização desse tipo de recurso.

Já no trabalho de Pedro Henrique Barata Carvalho (PUC Minas) intitulado *Salazarismo e Resistência em Belo Horizonte/MG: O Centro da Colônia Portuguesa e sua vã ideia de associação apolítica*, é analisado o impacto do salazarismo nas casas de imigrantes portugueses no Brasil, destacando como essa ideologia autoritária suprimiu as tentativas de oposição ao regime, debruçando-se na resistência e no exílio dos associados do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte (CCLB), que opuseram-se firmemente às práticas de Salazar.

Por fim, no último artigo do dossiê, denominado *As Desilusões Armadas: A Derrota Revolucionária Em O Amor De Pedro Por João, de Tabajara Ruas*, de autoria de Matheus Lenarth Cardoso (UFSM) e Lucas da Cunha Zamberlan (UFSM), temos uma proposta de análise do romance *O Amor de Pedro por João*, de Tabajara Ruas, enfatizando sua relevância como obra literária criada durante o exílio político do autor em Copenhague. O foco do estudo recai sobre a maneira como os eventos históricos são integrados à narrativa, oferecendo um panorama rico de um período marcado pela repressão dos regimes ditatoriais no Brasil. A análise ressalta, ainda, que essas expectativas foram moldadas por acontecimentos significativos na América Latina, como a Revolução Cubana, a ascensão de Salvador Allende no Chile e as lutas armadas em

outros países do continente. Por meio desse recorte de análise, o texto articula a narrativa literária com as tensões sociopolíticas de seu tempo, promovendo uma leitura que vai além do enredo e alcança reflexões sobre memória, resistência e utopias no contexto das ditaduras latino-americanas.

Na seção de resenhas, encontraremos o texto denominado *Da Revolução Haitiana ao Capitalismo Racial: a atemporalidade das práticas de resistência à opressão*, de Rafael Lima Iampolski (USP). Nesse estudo, há uma análise crítica da obra *Rituals, Runaways, and the Haitian Revolution*, de Crystal Nicole Eddins (2021), onde destaca-se o papel fundamental da solidariedade racial entre africanos e crioulos na Revolução Haitiana. Iampolski ratifica que Eddins defende que comunidades *Maroon* e rituais sagrados foram essenciais para a conquista da soberania haitiana, desafiando a visão de que a Revolução Francesa foi o principal motivador, tornando sua obra relevante para o debate historiográfico sobre o conceito de descolonização.

Inaugurando a sessão de artigos livres, temos o texto *O Caso Irmãs Do Vale: O criptojudaísmo setecentista em Minas Gerais*, de Arthur Brum dos Reis (PUC Minas), que propõe uma análise do Tribunal do Santo Ofício na América Portuguesa, com foco no caso específico das irmãs Ana e Helena do Vale, presas em Minas Gerais em 1734 sob a acusação de judaísmo. A pesquisa se destaca por trazer à tona a atuação do tribunal inquisitorial, abordando as práticas consideradas heréticas pela instituição e as dinâmicas familiares das acusadas. Além dos documentos primários, o artigo se apoia em obras especializadas tanto sobre a Inquisição quanto sobre as práticas judaicas ao longo da história, o que enriquece a contextualização do tema. Trata-se de uma pesquisa que não apenas documenta o passado, mas também promove uma reflexão sobre intolerância e perseguição religiosa em diferentes contextos históricos.

Em sequência, temos o artigo *La Rinconada: uma análise histórica dos métodos trabalhistas empregados na mineração andina de Puno, Peru na colonização e no século* de Vinícius Magalhães Faustini Kindlé (PUC Minas), que apresenta uma análise aprofundada da história social de La Rinconada, assentamento mineiro situado nos Andes peruanos, explorando as conexões entre a formação dos povoados mineiros no período colonial e as práticas trabalhistas atuais na mineração local. Ao evidenciar a permanência de traços do colonialismo em comunidades garimpeiras do Peru, o estudo revela como as desigualdades históricas continuam a marginalizar essas populações, mesmo após dois

séculos do fim do domínio colonial. A abordagem interdisciplinar, que combina história social e análise contemporânea, torna o artigo uma importante contribuição para compreender como o passado colonial repercute nas dinâmicas sociais e econômicas atuais, especialmente em comunidades vulneráveis.

Finalizando o décimo número da Revista História em Curso, temos o artigo *O Cão e Os Caluandas e o método crítico De Antonio Candido: Luanda entre a utopia e o socialismo pós-independência*, de Nôva Marques Brando (UFRGS). O texto propõe uma análise do romance *O Cão e os Caluandas* (2019), de Pepetela, situando-o no contexto da formação da literatura angolana, com foco na narrativa longa e no período pós-colonial. A discussão parte da colonização portuguesa e da desestruturação de elites locais em favor dos interesses coloniais, momento em que surge o romance como expressão de um sentimento nacionalista contrário ao discurso colonial. Nesse processo, destaca-se a influência de eventos como a criação da Casa dos Estudantes de Angola em Lisboa, a guerra de libertação e a institucionalização da União dos Escritores Angolanos após a independência. A análise do romance articula duas problemáticas principais, buscando, primeiramente, identificar no texto o elemento estruturante típico das literaturas africanas de língua portuguesa, além de qualificar seus aspectos na narrativa de Pepetela e, posteriormente, explorando o como esse elemento pode ser adjetivado como um termo mediador, considerando a forma como é assumido pelo texto. Com base no método crítico de Antonio Candido e no conceito de macrossistema literário de Benjamin Abdala Jr., o estudo se destaca por conectar as dimensões histórica, literária e política, explorando como o romance reflete e contribui para os debates em torno da identidade nacional angolana no período pós-colonial.

Boa leitura.

REFERÊNCIAS

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.